

**MOISÉS, LEYLA PERRONE. ESCOLHER E/ÉJULGAR;
HISTÓRIA LITERÁRIA E JULGAMENTO DE VALOR (I/II).
COLÓQUIO/LETRAS. 65, 1982, P. 15-31; 77, 1984, P.5-18; 100, 1987, P.
24-41.**

Marcos Antonio Martiliano Silva (Unesp/Assis)

I

O grande desafio do trabalho crítico é, sem dúvida, o estabelecimento de parâmetros de julgamento os mais objetivos possíveis. Tal desafio, de alguma forma, coloca-se já nos primórdios de nossa crítica literária menos diletante, exercida pela prolífera intelectualidade de inspiração romântica, em meados do século XIX, quando se acreditava em um mundo feito de seres menos fragmentados em sua compleição psíquica.

É no século XX entretanto, quando, mais divulgadas e compreendidas, as especulações freudianas sobre as camadas ocultas da mente apontam para a relatividade das verdades pretendentes a absolutas, que os estudiosos do texto literário irão se debater mais contínua e incansavelmente com o problema da subjetividade no exercício da crítica.

É a sondagem de como a crítica literária do século XX, através de cinco dos seus mais importantes e influentes representantes, procura estabelecer parâmetros menos subjetivos de análise, que ocupará a estudiosa Leyla Perrone-Moisés em uma pesquisa decisiva para a compreensão do nosso pensamento crítico-intelectual novecentista. E são os resultados desta pesquisa, publicados em três volumes intercalados de um periódico lusitano nem sempre de fácil acesso, que resenhamos a seguir, esperando com isso poder fornecer um valioso auxílio ao pesquisador das Letras, em especial nestes primeiros anos do novo século, em que já arriscamos nossos “balanços” do *século passado*.

II

São idos os tempos em que apenas de *insights* fazia-se a crítica literária; em que só *instalando-se no coração da obra* se cria possível encontrar a *chave* para a sua compreensão. Por outro lado, arrefecidos os entusiasmos iniciais com as abordagens estruturalistas, cujo princípio de base *científica* tanto impressionou os estudiosos da literatura, a crítica literária do fim de século já acena, há certo tempo, com uma postura menos ilusória em relação à outrora tão idealizada imparcialidade do julgamento.

É no intuito de demonstrar que o julgamento de valor é inerente a toda e qualquer teorização acerca do fazer literário, que a estudiosa Leyla Perrone-Moisés (1982;1984;1987) concebe um projeto de pesquisa, cujos principais pressupostos e constatações estabelece ao longo de três textos, intitulados, respectivamente, “Escolher e/é julgar”, “História literária e julgamento de valor” e “História literária e julgamento de valor (II)”¹

Ciosa de esboçar, pela pesquisa em questão, uma espécie de figura de “certo gosto literário de nosso tempo”, Perrone-Moisés (1982, p. 7, 8) elege como objeto “um tipo particular de discurso crítico: o de escritores que também exercem a atividade crítica”. Destes porque, esclarece, é deles afinal a leitura mais produtiva, na medida em que, ao contrário do *leitor médio* (Jauss), ou mesmo do crítico, são eles que vão definir “o futuro das formas e dos valores”.

Mas à autora não interessa, por ora, escritores que exerçam apenas esporadicamente a atividade crítica, mas aqueles que, pela constância dessa atividade, possam ter influído mais decisivamente na configuração do gosto literário do século XX. Dessa perspectiva, estabelece o seguinte *corpus* de trabalho: Jorge Luís Borges, Octávio Paz, Michel Butor, Phillip Sollers e Haroldo de Campos.

No estudo destes escritores, cujo exercício da crítica individual encontra seus precursores, no século XX, em Ezra Pound e T. S. Eliot, importa o fato de, no conjunto de uma literatura oferecida pela tradição, os mesmos terem feito uma seleção, pois, conforme observa nossa autora (id., p. 6), “cada vez que o crítico elege uma obra como objeto do discurso, essa escolha já é a decorrência e a expressão de um julgamento”. Constatado isso, merecem então estudo as *coincidências* que os levaram a essa seleção.

Assim, Perrone-Moisés (ibid., p. 3, grifos meus (cit. 1) e da A. (cit. 2)) pretende, em suma, “estudando a leitura de certas obras do passado por escritores contemporâneos ... definir certos valores da *poética contemporânea*”, esperando poder demonstrar que o “que caracteriza o julgamento moderno é que não se julga *a partir* de critérios, mas, ao julgar, criam-se critérios.”

No segundo texto mencionado, atenta ao fato de que o ato da escritura *prosegue*, mas ao mesmo tempo *transforma* a história literária, a autora está interessada em refletir como a história literária tradicional é reescrita pelos autores que compõem o seu *corpus*.

Primeiramente, observa que há entre o historiador literário tradicional, de crença positivista, e os escritores-críticos de que se ocupa, uma diferença fundamental: o reconhecimento, por parte destes, da

especificidade do fenômeno literário. Diferença que implica, entre outros problemas (que mencionarei oportunamente), a questão da *linearidade* (ou *diacronia*) e da *simultaneidade* (ou *sincronia*), sendo que esta última é abordada pela autora neste segundo artigo.

Diante das constatações da historiografia atual, da qual algumas ramificações, desmistificando o dogma positivista da unidade temporal absoluta, já estudam inclusive as histórias da própria História, buscando mais *estruturas* do que *cronologias*, Perrone-Moisés (1984, p. 10, *gf. meu*) observa que o pesquisador dos nossos dias, sobretudo o da esfera das ditas ciências humanas, tende a aceitar que “a história é leitura sincrônica do passado”; que “é o presente que decide o *valor* do passado”.

É o que expressaram, na primeira metade deste século, no âmbito dos estudos literários, Eliot (1932), quando, na citação da autora (1984, p. 10 e 11-12, *respect.*) acredita que as obras do passado, com as do presente, “têm uma existência simultânea e compõem uma ordem simultânea”, e Pound (1913), ao acreditar que o escritor deve alcançar “um gabarito universal que não dá atenção nem ao tempo nem ao país – um gabarito de *weltliteratur*.”

É o que expressa, na segunda metade do século ido, segundo Perrone-Moisés (*id.*, p. 12, 13, 14, 14, 16, *respect.*) Borges (1960), ao postular que “cada escritor *cria* seus *precursores*”; Paz (1956) quando, na esteira das relativizações, acredita que a “imaginação poética muda com a imagem do mundo, *particular a cada época*, mas [que] a poesia *permanece a mesma*”; Butor, (1968), ao interpretar sua própria obra como “intervenção no interior desse meio ótico [a tradição]”; Sollers (1968), quando propõe a espacialização da história, substituindo o conceito de literatura pelo de *escritura*, cuja feição atualizadora a torna “não-representativa, não-expressiva, em que o sujeito não é *prévio* mas *se produz* no texto”; ou ainda Haroldo de Campos (1967), ao buscar colocar os valores leiturais *em ação*, numa “leitura *valorativa* capaz de dinamizar a produção poética do presente”.

Nessas posturas, Perrone-Moisés (*ibid.*, p. 17), no rastro das coincidências com que dará fisionomia à sua *figura poética da modernidade*, aponta as primeiras similaridades: a “negação da pertinência e/ou da produtividade de uma história literária diacrônica e linear” e, conseqüência dessa negação, o postulado segundo o qual “a literatura (recepção e produção) é sempre presentificação valorativa do passado”.

Vislumbrado assim o primeiro traço da figura proposta, a autora aborda a seguir, já no terceiro e último dos artigos mencionados, as outras três questões que definem as diferenças do ponto de vista de seus autores em relação aos historiadores literários tradicionais.

Se a ação desses escritores-críticos prossegue, transformando, a história literária, e se essa ação é por eles vista sob a ótica da simultaneidade, já que *literatura atual* passa a ser então, palavras da autora (1987, p. 24), “todos os textos que interessam (que continuam a interessar)”, seria preciso sondar, então,

por trás dessa concepção, o que representa para eles, respectivamente, os termos *progresso* e *permanência* em se tratando de literatura.

A negação da idéia de progresso aplicada à arte é consenso entre os escritores-críticos eleitos pela autora, negação claramente em consonância com suas concepções simultaneístas da história. Também aqui lhe servem de ponto de partida, neste século, as postulações de um primeiro Eliot (1917), para quem o que ocorre é “apenas ... uma complicação da economia e da maquinaria” e de Pound (1915), para quem a “poesia é sempre a mesma”, sendo as mudanças “superficiais” (id., p. 26).

Atentos a essas postulações ao se expressarem sobre a questão em foco, os escritores-críticos em questão, lembra Perrone-Moisés, gozam de um ângulo de reflexão privilegiado, sobretudo por não estarem mais tão próximos das teorias progressistas da história, embora nem por isso, adverte, estejam isentos das contradições presentes em Eliot e Pound.ⁱⁱ

Assim, Borges (1960), o único em que a autora não vê problemas, na medida em que o mesmo assume sua posição idealista, acreditará, anulando a noção de temporalidade, que “certas imagens literárias se repetem em diferentes épocas”, havendo “uma verdade *substancial* expressa em formas acidentais”; Paz (1956), concebendo cada poema como “um objeto único, criado por uma ‘técnica’ que morre no exato momento de sua criação” (ibid., p. 28), defenderá que o que *evolui*, sem no entanto progredir, é essa técnica, e não a arte em si; Butor (1968), a seu turno, estará próximo de Borges ao ver os livros como *fragmentos de um livro maior e melhor*, mas irá se distanciar dele ao situar a realização deste livro num futuro sempre recuado e ao atribuir-lhe uma função, a de aperfeiçoar o mundo; Campos (1975), animado defensor de uma *poética sincrônica*, postulará que há “uma *transformação qualitativa* de culturas”, frisando, todavia, que apenas nesse sentido, e “não no de uma hierarquia ascensional de valores – a arte evolui”; Sollers, como foi visto, irá propor ao termo *literatura*, representante do *velho* e carregado de idealismo, o termo *escritura*, cuja prática constituiria, a seu ver, *revolução, vanguarda* (ibid., p. 27, 28, 29, grifos meus).

Em todas as postulações acima arroladas, a autora, à página 29 deste seu terceiro artigo, *filosoficamente falando*, aponta duas direções: a dos que assumem totalmente o idealismo platônico (Borges) e a dos que ensaiam “uma acrobática conciliação da permanência da arte com o progresso da história”. E de olho nos problemas presentes nessas tentativas, evocando Derrida, nossa estudiosa (ibid., p. 31, grifos meus) vai mais longe, interrogando se, no geral, essas posturas, afinal, “não seriam manifestações dessa *teologia da modernidade*”, cuja base está na obsessão do livro único e total (Mallarmé) e, conseqüentemente, se “a tentação da intemporalidade da poesia, dificilmente conciliável com uma ética do progresso da história, não seria um resíduo dessa teologia”...

A partir dessa provocação, aborda a questão seguinte, intimamente ligada às anteriores: a dos *atos gerais* – evocada pela noção de *permanência* – e dos *atos particulares* – que aponta para a medida de um *progresso* eventualmente observado na arte.

Antes de tudo, adverte, a generalidade científica dos efeitos, visada por uma historiografia (séc. XIX) que descobre a impossibilidade de buscá-la nos próprios eventos, já que estes nunca se repetem tal e qual, é inválida para a literatura. Inválida tanto quantitativa – cada leitura é única, sendo assim quase impossível medir com exatidão os efeitos de uma obra na literatura pelo número de seus leitores – quanto qualitativamente – sugestão de Jauss de discutível aplicação, acredita Perrone-Moisés, na medida em que é também quase impossível objetivar as expectativas, sempre diferenciadas, de um leitor ou grupo de leitores, estes sempre situados no tempo *passado* da leitura.

Igualmente problemática é a postulação de Pound, visto que a *generalidade* a que aspira é pré-determinada por algo bastante particular: a sua própria poética dos *paideumas*. Paz, a seu turno, sem procurar responder a questão, apenas a problematiza, ao apontar a invalidade da relação valores sociais/valores literários para discuti-la: cada literatura terá por cenário um universo social que, considerado apenas nas suas peculiaridades temáticas, como tendem a fazer as abordagens culturais, a transformaria em algo totalmente *anormal* e *excepcional* em relação às outras, e vice-versa, crítica.

Sollers, na busca de solução ao problema, sugere uma *história monumental*, na qual se enquadrariam os excluídos da história literária oficial, num explícito menosprezo pelos fatos gerais, no que encontra ressonância em Pound e Campos, para quem a *verdadeira* história da literatura busca apenas os fatos significativos, valorizando assim os *inventores de formas*.

Eliot, Paz e Butor, na esteira de uma certa generalidade, justificam suas escolhas tendo em vista a “leitura moderna”, quadro em que consideram a ciência, a política e a ética contemporâneas, no que se distanciam de Borges, que aliás, observa nossa autora, distancia-se de todos os outros por assumir a particularidade absoluta de sua antologia, a qual não tem em mira nenhuma verdade histórica, já que nega o próprio tempo.

Abordadas estas três questões, cujo objetivo central parece ter sido o de por à prova a cientificidade da própria *figura literária* inicialmente proposta, já que questiona a visão dos autores que lhe servem de ponto de partida, a autora entra numa espécie de balanço final, ao abordar o par *objetividade/subjetividade*, quarta e última dentre as questões definidoras do ponto de vista dos seus escritores-críticos em relação à história literária.

Dessa perspectiva, em consonância com sua própria tese, segundo a qual o aspecto valorativo está presente em toda especulação acerca do fato literário, Perrone-Moisés (ibid., p. 35) desvela nos componentes de seu *corpus*, desde logo, o grau de subjetividade, que consiste basicamente em “instituir

uma simultaneidade que traz todo o passado a um espaço *valorativo* do presente”; todavia, essa subjetividade, se for permitido o jogo de palavras, é menos subjetiva do que a de seus antecessores românticos, na medida em que, lembra Perrone-Moisés, os escritores-críticos que lhe compõem o *corpus* de pesquisa, ao justificar suas escolhas, buscam fazê-lo com “critérios mais abrangentes do que os do gosto individual”.

É o que demonstram Pound (1966), quando assume *certa subjetividade* não apenas como inevitável, mas também como desejável, fazendo-se assim, na citação de Perrone-Moisés (ibid., p. 36 (gf. meu e aspas da autora) e 37, respect.) “menos alguém que retraça a história literária (um historiador) do que alguém que quer *fazer* essa história, por as ‘idéias em ação’ e Eliot (1948), quando acredita que a “crítica honesta e a apreciação sensível estão dirigidas não para o poeta mas para a poesia”.

É o que demonstram, em nossos dias, Paz, quando defende a existência de “uma objetividade do mundo que se diz na linguagem”, já que a leitura deve sempre chegar à *universal* poesia; Butor, ao coletivizar a tarefa de reflexão crítica, cuja objetividade está, no seu entender, na capacidade de se fazer *janela iluminadora* na grande biblioteca universal; Sollers quando, espacializando o tempo, busca a objetividade pela amenização (“vacilação”), pelo apagamento do sujeito na linguagem, pregando a busca não do autor, ou de nós mesmos, mas da *linguagem*, esta considerada na sua *objetividade impessoal*.

Posto isso, a autora sintetiza os pontos comuns a todas as teorizações arroladas, que apontam para as seguintes conclusões: 1) toda história é um sistema de leitura, e não mais do que isso; 2) a leitura *presente* é a fundadora, sempre provisória, da “verdadeira” história do passado; 3) na história literária, não há progresso ou objetivo final e; 4) escrita e leitura são inseparáveis.

A seu turno, Perrone-Moisés (ibid., p. 40, 41, respect.) constata enfim que

não é apenas, portanto, pela escrita poética que esses escritores prosseguem a história; suas leituras, consignadas em suas obras críticas paralelas às de invenção, são também atos históricos, requalificações existenciais”. Constatação que desemboca num conceito de leitura *ativa*, segundo o qual ler é “dar sentido, vivificar escolher e apontar valores.

* * *

Talvez não seja por acaso que Perrone-Moisés finde sua exposição justamente por uma conceituação de *leitura*. Somente a *leitura ativa*, tal qual propõe, pode recriar o texto literário de ficção na sua plenitude de espaço dialogante. Dialogante, não apenas no âmbito das relações entre leitor e texto, mas dos leitores entre si.

Está aí, a meu ver, a principal contribuição da autora, na medida em que, ao apontar a aspecto valorativo como imanente ao texto, termina por advertir sobre a necessidade da incorporação da multiplicidade de leituras na voz da instituição a que denominamos Crítica Literária (com maiúsculas).

Com efeito, ao se pensar na questão dos estudos multiculturais, que são talvez os mais interessados em advertir sobre o aspecto valorativo, portanto ideológico, das leituras oficiais, fica patente a necessidade de que as minorias conquistem seu espaço nas instituições veiculadoras de opinião. Essa reivindicação, de fato, sempre esbarra, no âmbito dos estudos literários, na questão da definição dos supostos gêneros ou sub-gêneros – *feminino, infantil, gay, negro* etc.

Todavia, e o estudo de Perrone-Moisés aponta para isso, não importa tanto, pelo menos nesses momentos em que ainda se busca a mera visualização das minorias, o lançamento de novos gêneros; aliás, se formos atribuir um novo rótulo a cada espécie de tratamento temático recebido por um texto, é bem provável que consigamos apenas fazer da literatura a *galeria de monstros anormais e excepcionais* temida pelo poeta Octávio Paz.

Aos defensores dos estudos multiculturais em literatura deve interessar, então, menos a definição de novos tratados poéticos do que o estabelecimento e veiculação de novas perspectivas na leitura do texto artístico. Em outros termos, a tarefa consiste em revelar e, mais do que isso, em divulgar, no texto literariamente válido, outras formas de leitura que não apenas as comumente privilegiadas pela crítica oficial.

Assim, no momento em que os estudos literários, já mais críticos em relação aos radicalismos estruturalistas, já não se constroem mais por ter de encarar o caráter subjetivo, e portanto valorativo, do texto entendido enquanto *forma de conhecimento*, como exemplifica o pertinente trabalho de Perrone-Moisés aqui resenhado, falta dar o passo seguinte: fazer com que esse *conhecimento*, nos espaços por onde circula a crítica literária, possa ser transmitido por diferentes vozes, as quais, mais do que imposição de um ponto de vista, sejam enfim capazes de falar não apenas ao Homem, mas aos diferentes homens, mulheres, crianças...

ⁱ Tais textos encontram-se publicados na revista lusitana *Colóquio/Letras*, respectivamente nos números 65 (1982), 77 (1984) e 100 (1987).

ⁱⁱ Para a autora, em Eliot, a contradição aflora mais adiante, em 1944, quando usa expressões como *maturidade literária e progresso ordenado*; em Pound, quando, numa concepção finalista, supervaloriza o *novo*, elemento historicamente situado.